

TRADUÇÃO

QUESTÃO 57: A DISTINÇÃO ENTRE AS VIRTUDES INTELLECTUAIS¹ PROEMIUM

Tomás de aquino²

Depois, deve-se considerar a distinção das virtudes. Primeiramente, quanto às virtudes intelectuais, em segundo quanto às morais, em terceiro quanto às teológicas. Sobre a primeira, seis são as questões: 1. se os hábitos intelectuais especulativos são virtudes; 2. se são três, isto é, sabedoria, ciência e intelecto; 3. se o hábito intelectual que é arte é virtude; 4. se a prudência é uma virtude diferente da arte; 5. se a prudência é virtude necessária ao ser humano; 6. se a eubulia, a sínese e a gnome são virtudes que se agregam à prudência.

ARTIGO 1 [SE OS HÁBITOS INTELLECTUAIS ESPECULATIVOS SÃO VIRTUDES]

1. Sobre o primeiro procede-se assim: parece que os hábitos intelectuais especulativos não são virtudes, isso porque a virtude é um hábito operativo, como já foi dito acima. Os hábitos especulativos não são operativos, pois o especulativo distingue-se do prático ou do operativo. Logo, os hábitos intelectuais especulativos não são virtudes.

2. Ademais, a virtude é uma dessas coisas pelas quais o homem torna-se feliz ou bem-aventurado, aquilo pelo que a felicidade é o prêmio da virtude, como diz na *Ética*. Ora, os hábitos intelectuais não consideram os atos humanos ou os outros bens humanos por meio dos quais o homem alcança a beatitude, porém, antes, as coisas naturais e divinas. Portanto, tais hábitos não podem ser ditos virtudes.

¹ Sancti Thomae de Aquino. **Summa Theologiae**: Textum Leoninum. Romae: 1889. Editum ac automato translatum a Roberto Bosa SJ (corpus thomisticum). Disponível em: <<http://www.corpusthomisticum.org/sth1050.html>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

² Tradução do latim por Enio Paulo Giachini, professor da FAE Centro universitário. *E-mail*: enio.giachini@gmail.com

3. Ademais, a ciência é um hábito especulativo. Ora, entre si, a ciência e a virtude se distinguem segundo gêneros diversos colocados não subalternativamente, como fica claro no Filósofo, IV Tópicos. Logo, os hábitos especulativos não são virtudes.

Mas, contra isso: só os hábitos especulativos consideram as coisas necessárias que não podem portar-se (*se habere*) de modo diverso. Ora, Na Ética VI, o Filósofo coloca certas virtudes intelectuais na parte da alma que considera necessárias e que não podem portar-se de outro modo. Logo, os hábitos intelectuais especulativos são virtudes.

Respondo dizendo que, visto que toda virtude é dita tal por sua ordenação ao bem, como já se disse, um hábito pode ser considerado virtude por duas razões, como já foi dito: de um lado, porque dispõe a faculdade de bem operar; e de outro porque, com a faculdade, torna bom também o uso. E, como já se disse, só diz respeito àqueles hábitos referentes à parte apetitiva, isso porque é a faculdade apetitiva da alma que nos faz usar de todas as potências e hábitos. Mas, uma vez que os hábitos intelectuais especulativos não perfazem a parte apetitiva, nem lhe digam respeito de algum modo, mas só a intelectiva, podem-se chamar virtudes, enquanto capacitam a faculdade para a operação boa, que é a consideração do verdadeiro (isto é, a boa obra do intelecto). Mas não se chamam virtudes de acordo com o segundo modo, como se capacitasse a bem utilizar a potência ou o hábito. Isso porque não é porque alguém tem o hábito da ciência especulativa que se inclina ao seu uso; mas habilita a observar o verdadeiro nas coisas que tem ciência. Mas só o que é movido pela vontade é que usa da ciência que domina. E assim também a virtude que aperfeiçoa a vontade, como a caridade ou a justiça, também leva a usar bem esse tipo de hábitos especulativos. Sendo assim, também pode haver mérito nos atos desses hábitos, se forem feitos a partir da caridade, como disse Gregório em VI Moral, que *[a vida] contemplativa tem maior mérito que a ativa*.

Quanto ao primeiro ponto, responde-se que há uma obra dupla, a saber, a exterior e a interior. A prática ou operativa, que se opõe à especulativa, extrai-se da atividade exterior, à qual o hábito especulativo não se ordena. Mas a obra do intelecto se ordena ao interno, que é em especular o verdadeiro; e nesse sentido é um hábito operativo.

Quanto ao segundo ponto, deve-se dizer que a virtude em relação a certas coisas é dupla. De um modo, segundo os objetos. E, assim, tais virtudes especulativas não dizem respeito às coisas pelas quais o homem se torna bem-aventurado; a menos, talvez, que seja para dizer a causa eficiente ou o objeto da beatitude plena, que é Deus, objeto supremo da especulação. De outro modo, diz-se que a virtude seria segundo o ato de algo, e assim as virtudes intelectuais, seriam aquelas coisas pelas quais o homem se torna bem-aventurado, quer porque os atos dessas virtudes podem ser meritórios, como foi dito, quer porque seriam certa incoação da beatitude perfeita, que consiste na contemplação do verdadeiro, como se disse anteriormente.

Quanto ao terceiro ponto, deve-se dizer que a ciência se aparta da virtude mencionada por segundo, a qual pertence à força apetitiva.

ARTIGO 2 [SE SE DISTINGUEM CONVENIENTEMENTE TRÊS VIRTUDES INTELLECTUAIS ESPECULATIVAS, A SABER: A SAPIÊNCIA, A CIÊNCIA E O INTELECTO]

Quanto ao segundo ponto, procedesse assim: parece que não se pode distinguir convenientemente as três virtudes intelectuais especulativas, a saber, a sabedoria, a ciência e o intelecto. Isso porque a espécie não deve ser compartilhada com o gênero. Ora, a sabedoria é certa ciência, como se disse na *Ética* VI. Portanto, a sabedoria, não aquela, não deve compartilhar com a ciência o número das virtudes intelectuais.

Ademais, na distinção das potências, dos hábitos e dos atos, no que tange aos seus objetos, considera-se principalmente a distinção que se dá segundo a razão formal dos objetos, como se evidencia do precedente. Portanto, diversos hábitos não podem ser distintos segundo o objeto material, mas segundo a razão formal de seu objeto. Ora, o princípio da demonstração é a razão de se conhecerem as conclusões. Portanto, a compreensão dos princípios não deve ser tomada como um hábito ou virtude diferente da ciência das conclusões.

Ademais, chama-se **virtude intelectual** à que está nesse mesmo racional por essência. Ora, a razão, mesmo a especulativa, como

raciocina com silogismos demonstrativos, também raciocina com silogismos dialéticos. Portanto, assim como a ciência, que é causada pelo silogismo demonstrativo, é tomada como virtude intelectual especulativa, também o é a opinião.

Mas, por seu lado, o Filósofo toma só essas três virtudes intelectuais especulativas, a saber, a sabedoria, a ciência e o intelecto.

Respondo, como já foi dito, que a virtude intelectual especulativa é aquela pela qual se aperfeiçoa o intelecto especulativo para considerar a verdade, visto que essa é sua boa operação. Ora, a verdade deve ser considerada de dois modos: conhecida por si mesma, ou por intermédio de outro. O que é conhecido por si mesmo faz as vezes de princípio e é percebida imediatamente pelo intelecto. Por isso, o hábito, que aperfeiçoa o intelecto para a consideração do verdadeiro, chama-se **intelecto**, que é o hábito dos princípios.

Mas o verdadeiro, que é conhecido através de outro, não é percebido imediatamente pelo intelecto, mas pela inquisição da razão e faz as vezes de termo. E isto pode ser de dois modos, a saber, como sendo o último num determinado gênero, e como sendo o último em relação a todo conhecimento humano. E, *visto que as coisas que são conhecidas por nós posteriormente são conhecidas por primeiro e melhor conhecidas segundo a natureza*, como se diz na Física, assim, o que é último, em relação a todo conhecimento humano, é primária e maximamente cognoscível segundo a natureza. E é sobre isso que trata a sabedoria, que considera as causas altíssimas, como se diz na Metafísica I; de onde ela julga e ordena convenientemente todas as coisas, pois não pode haver juízo perfeito e universal a não ser pela resolução às causas primeiras. Mas, no que se refere ao que é último nesse ou naquele gênero de coisas cognoscíveis, é a ciência que aperfeiçoa o intelecto. E assim, de acordo com os diversos gêneros de cognoscíveis, também há diversos hábitos das ciências, visto também que a sapiência é uma só.

Quanto ao primeiro, deve-se dizer que a sabedoria é uma certa ciência enquanto tem o que é comum a todas as ciências, na medida em que demonstra as conclusões a partir de princípios. Mas como tem

algo que é próprio, para além das outras ciências, visto que julga sobre tudo, e não só quanto às conclusões, mas também quanto aos primeiros princípios, por isso tem a razão de virtude mais perfeita que a ciência.

Quando ao segundo, diga-se que, quando a razão do objeto se refere à potência ou ao hábito sob um só ato, então não se distingue o hábito ou a potência, distinguem então os hábitos ou as potências pela razão do objeto e pelo objeto material, assim como pertence à mesma potência visiva ver a cor e a luz, que é a razão de vermos a cor, e é vista simultaneamente com esta. Os princípios da demonstração podem ser considerados separadamente, sem que se considerem as conclusões. Também podem ser considerados simultaneamente com as conclusões, enquanto que os princípios são deduzidos em conclusões. Considerar, pois, que esse segundo modo de princípios pertence à ciência, que considera também as conclusões, mas considerar os princípios separadamente, pertence ao intelecto. De onde, se alguém considerar retamente, verá que essas três virtudes não se distinguem entre si por igual, mas segundo certa ordem. Assim como se dá nos todos, dos quais uma parte é mais perfeita que a outra, como a alma racional mais perfeita que a sensível e a sensível é mais que a vegetativa, assim a ciência depende do intelecto como de algo mais principal, e ambas dependem da sapiência, como do principalíssimo, que abarca em si o intelecto e a ciência, enquanto julga das conclusões das ciências e dos princípios delas.

Quanto ao terceiro, diga-se que, conforme dito, o hábito da virtude refere determinadamente ao bem e jamais ao mal. Ora, o bem do intelecto é o verdadeiro, e o mal é o falso. De onde só se chamam virtudes intelectuais aqueles hábitos pelos quais sempre se diz o verdadeiro e nunca o falso. Ora a opinião e a suspeita podem ser sobre o verdadeiro e o falso, e assim não são virtudes intelectuais, como se diz na *Ética* VI.

ARTIGO 3 [SE A ARTE É UMA VIRTUDE INTELECTUAL]

(De Virtut., q. 1, a. 7; VI Ethic., lect III).

No que trata-se assim, parece que a arte não é uma virtude

intelectual. No livro *Do livre arbítrio*, Agostinho diz que pela virtude nada é mal usado. Ora, alguém pode usar mal a arte, algum artífice pode operar mal de acordo com a ciência da sua arte. Logo, a arte não é uma virtude.

Ademais, não há virtude da virtude. Ora, *há alguma virtude da arte*, como se diz na *Ética VI*. Portanto, a arte não é uma virtude.

Ademais, As artes liberais são mais excelentes que as artes mecânicas. Ora, assim como as artes mecânicas são práticas, as liberais são especulativas. Portanto, se a arte fosse uma virtude intelectual, deveria ser enumerada entre as virtudes especulativas.

Mas contra isso, figura, afirma o Filósofo na *Ética VI*, que a arte seria virtude, muito embora não a enumere entre as virtudes especulativas, às quais coloca como sujeito a parte científica da alma.

Respondo dizendo que a arte nada mais é do que a reta razão de fazer alguma obra. A bondade dessa não consiste em o apetite humano comportar-se de um determinado modo, mas em que a obra que vem a ser é boa em si mesma. Isso porque, quanto ao louvor devido ao artista, enquanto artista, não importa por qual vontade ele faz a obra, mas a qualidade da obra que ele faz. Assim, propriamente falando, a arte é um hábito operativo. E, contudo, convém em algo com os hábitos especulativos, pois também a esses importa saber qual a compleição das coisas que consideram, e não de que modo se comporta o apetite humano para com elas. Desse modo, desde que o geômetra demonstre o verdadeiro, pouco importa como se comporte quanto à parte apetitiva, se está alegre ou irado, como não importa ao artífice, como já se disse. E assim, a arte tem a razão da virtude, do mesmo modo que os hábitos especulativos, isto é, enquanto não é nem a arte, nem o hábito especulativo, torna a arte boa quanto ao uso, o que é próprio da virtude que aperfeiçoa o apetite, mas só quanto à faculdade de bem agir.

Ao primeiro, deve-se dizer que se alguém que domina uma arte opera uma obra ruim, essa não é obra da arte, mas antes é contra a arte, como também alguém que sabe a verdade e mente, isso que diz

não está de acordo com a ciência, mas é contra a ciência, de onde, assim como a ciência sempre diz respeito ao bem, como já se disse, assim também a arte, que por isso é considerada virtude. Mas fica aquém da razão perfeita de virtude, porque não produz o bom uso; mas, para isso, se requer outra coisa, muito embora o bom uso não possa dar-se sem a arte.

Ao segundo, deve-se dizer que se requer boa vontade para bem, se usar a arte que se domina; a boa vontade se aperfeiçoa pela virtude moral. Por isso, o Filósofo disse que há uma virtude da arte, isto é, moral, na medida em que se exige uma certa virtude moral para o bom uso da mesma. Pois é manifesto, pela justiça, que torna a vontade reta, o artífice se inclina a fazer fielmente a obra.

Ao terceiro, diga-se que, mesmo no que é especulativo, acontece algo ao modo de obra, como a construção de um silogismo ou de uma oração congruente, ou a ação de numerar ou medir. E assim todos os hábitos especulativos ordenados a essas operações da razão, por certa semelhança, chamam-se artes, mas liberais para se diferenciarem das artes ordenadas às obras exercidas pelo corpo, que são, de algum modo, servis, enquanto que o corpo servilmente está sujeito à alma, e, segundo a alma, o homem é livre. No entanto, aquelas ciências que não estão ordenadas a nenhuma dessas obras são chamadas simplesmente de ciências e não de artes. Nem é importa assim se as artes liberais são mais nobres, nem por isso lhe cabe melhor a razão de arte.

ARTIGO 4 [SE A PRUDÊNCIA É VIRTUDE DIFERENTE DA ARTE]

Quanto ao quarto, procede-se assim: parece que a prudência não é virtude diferente da arte, isso porque a arte é a razão reta de certas obras. Ora, diversos tipos de obras não fazem com que algo perca a razão de ser arte, pois há diversas artes que se ocupam com obras muito diversas. E visto que também a prudência é uma certa razão reta das obras, parece que também ela deve ser chamada de arte.

Ademais, a prudência convém mais com a arte do que os hábitos especulativos, pois tanto aquela quanto estes comportam-se de modo

distinto em relação ao que é contingente, como se diz na *Ética VI*. Ora, certos hábitos especulativos se chamam artes. Portanto, com maior razão a prudência deve ser chamada de arte.

Ademais, *Faz parte da prudência aconselhar bem*, como se diz na *Ética VI*. Ora, também, em certas artes, como a militar, a governativa e a medicinal, é preciso haver conselho, como se diz na *Ética III*. Portanto, a prudência não se distingue da arte.

Mas, ao contrário, na *Ética VI*, o Filósofo distingue a prudência da arte.

Respondo dizendo que onde são encontradas diversas razões de virtude, é necessário distinguir as virtudes. Foi dito anteriormente que certo hábito só tem razão de virtude pelo fato de proporcionar a faculdade de bem operar, outros hábitos, porém, não só por proporcionarem essa faculdade, mas também o uso. Ora, a arte proporciona apenas a faculdade de bem operar, porque não diz respeito ao apetite. Mas a prudência não só proporciona a faculdade do bem operar, como também o uso, diz respeito ao apetite, assim como pressupõe a retidão deste.

E a razão desta diferença é que *a arte é a reta razão do factível*, mas a prudência é *a reta razão do agível*. Ora, fazer e agir são diferentes; pois, como se diz na *Metafísica IX*, o feito é um ato que transita para a matéria exterior, como edificar, cortar e semelhantes; enquanto que agir é um ato que permanece no próprio agente, como ver, querer e semelhantes. Assim, pois, a prudência está para esse tipo de atos humanos, que são o uso das potências e dos hábitos, como a arte está para o que fazemos exteriormente, pois ambas são razão perfeita a respeito das coisas com que são comparadas. Ora, a perfeição e a retidão da razão nos especulativos depende dos princípios a partir dos quais a razão busca silogismos, como se disse que a ciência depende do intelecto, que é o hábito dos princípios e o pressupõe. Ora, nos atos humanos, os fins desempenham o mesmo papel que os princípios nas ciências especulativas, como se diz na *Ética VII*. Desse modo, da prudência, que é a reta razão que guia nossas ações, exige-se que o

homem esteja bem disposto em relação aos fins, o que se dá pelo apetite reto; e, assim, exige-se da prudência a virtude moral, pela qual se torna reto o apetite. Ora, a bondade das obras da arte não é a do apetite humano, mas a dessas obras da arte, e assim a arte não pressupõe o apetite reto. E daí vem que é mais digno de louvor, o artífice que peca voluntariamente do que aquele que o faz involuntariamente; mas quem peca voluntariamente vai contra a prudência, mais do que quem o faz involuntariamente, pois a retidão da vontade é própria da razão da prudência, e não da razão da arte. Assim, fica evidente, então, que a prudência é uma virtude distinta da arte.

Ao primeiro ponto, diga-se que os diversos gêneros das coisas da arte são todos exteriores ao homem, e por isso não diversificam a noção de virtude. Mas a prudência é a reta razão dos próprios atos humanos, pela qual diversificam a razão da virtude, como foi dito.

Ao segundo ponto, diga-se que a prudência tem mais a ver com a arte do que com os hábitos especulativos, quanto ao sujeito e à matéria, pois ambas estão na parte opinativa da alma e dizem respeito ao que sucede de forma contingente. Mas a arte tem mais a ver com os hábitos especulativos do que com a prudência, como se depreende do que foi dito.

Ao terceiro ponto, diga-se que pertence à prudência bem aconselhar sobre o pertencente ao todo da vida humana e ao seu fim último. Mas, nalgumas artes, o conselho refere-se àquilo que pertence aos fins próprios daquelas artes. Assim, alguns, enquanto bons conselheiros em matéria bélica ou náutica, são chamados prudentes guias ou governantes e não simplesmente prudentes, uma vez que isso é próprio só aos que aconselham sobre o que diz respeito à totalidade da vida.

ARTIGO 5 [SE A PRUDÊNCIA É UMA VIRTUDE NECESSÁRIA AO BEM VIVER]

Quanto ao quinto, analisa-se assim: parece que a prudência não é uma virtude necessária ao bem viver. Assim também é com a arte em relação ao factível de que ela é a reta razão, assim se dá com a

prudência para os nossos atos, segundo a qual considera-se a vida do homem, visto que a prudência é a reta razão desses atos, como se diz na *Ética VI*. Mas a arte não se faz necessária quanto aos factíveis, a não ser para que venham a ser, e não depois de o terem sido feitas. Portanto, também a prudência não é necessária ao homem para o bem viver, depois que ele é virtuoso, senão talvez somente para que venha a sê-lo.

Ademais, a prudência é aquilo pelo que nos aconselhamos, como se diz na *Ética VI*. Ora, o homem pode agir não só pelo bom conselho próprio, mas também pelo alheio. Logo, para o bem viver, não é necessário que o homem tenha prudência, bastando seguir o conselho dos prudentes.

Ademais, é pela virtude intelectual que se faz necessário sempre dizer o verdadeiro e nunca o falso. Ora, parece que isso não se dá segundo a prudência, pois não é humano que, ao aconselhar nunca se erre sobre o que devemos fazer, pois, por causa da contingência, os atos humanos podem realizar-se de modos diverso; de onde o livro da Sabedoria (Sb 9, 14): *Pois os pensamentos dos mortais são tímidos e incertas as nossas providências*. Portanto, parece que a prudência não deve ser tomada como virtude intelectual.

Mas, ao contrário, o livro da Sabedoria (8,7) a enumera entre as outras virtudes necessárias à vida humana, afirmando que a sabedoria divina *ensina a sobriedade e a prudência e a justiça e a virtude, que são o que há de mais útil na vida dos homens*.

Respondo dizendo que a prudência é virtude maximamente necessária à vida humana. Pois viver bem consiste em operar bem. Pertence ao bem operar de alguém não só fazer, mas o modo como faz, por exemplo, que se opera segundo uma eleição reta, não entra só o ímpeto ou a paixão. Ora, como a eleição visa os meios em relação ao fim, a sua retidão da eleição exige dois elementos: o fim devido e o que convenientemente se ordena a ele. Ora, o homem se dispõe convenientemente ao fim devido pela virtude, que aperfeiçoa a parte apetitiva da alma, cujo objeto é o bem e o fim. E para que se ordene

retamente ao fim devido, é necessário que o homem se disponha diretamente pelo hábito racional, visto que aconselhar e eleger, que dizem respeito aos meios para o fim, são atos da razão. E assim é necessário haver na razão alguma virtude intelectual, que aperfeiçoa a razão para aquilo que lhe diz respeito convenientemente e os meios para o fim. E tal virtude é a prudência, visto que a prudência é uma virtude necessária para o bem viver.

Quanto ao primeiro, diga-se que o bem da arte não é considerado no artífice mesmo, mas antes no artificiado, visto que a arte é a razão reta das coisas factíveis; o feito, na medida em que transita para a matéria exterior, não é a perfeição daquele que faz, mas a do feito, como o movimento é ato móvel: a arte trata das coisas factíveis. No entanto, o bem da prudência refere-se ao próprio agente, cuja perfeição é o próprio agir, a prudência é então a reta razão do agível, como se disse. E assim, não se exige da arte que o artífice opere bem, mas que faça uma obra boa. Exige-se mais que o próprio artificiado operasse bem, como no caso da faca, que ela corte bem, ou da serra, que serre bem; isso se fosse o caso de estas agirem e não serem agidas, visto que não tem domínio de seu ato. Assim, a arte não é necessária para o bem viver do artífice, mas só para fazer um bom artificiado e para conservá-lo. Mas a prudência é necessária ao homem para bem viver e não só o que ele faz bem.

Quanto ao segundo, diga-se que uma vez que o homem opere o bem, não seguindo a razão própria, mas movido pelo conselho alheio, sua operação ainda não é totalmente perfeita quanto à razão dirigente e quanto ao apetite motor. De onde se opera o bem, não se opera bem de modo absoluto, que é bem viver.

Quanto ao terceiro, diga-se que o verdadeiro do intelecto prático é concebido de maneira diversa da do verdadeiro do intelecto especulativo, como se diz na *Ética* VI. Isso porque o verdadeiro do intelecto especulativo é concebido pela conformidade do intelecto à coisa, e porque o intelecto não pode conformar-se de maneira infalível às coisas no que é contingente, mas só no que é necessário. Assim, não há virtude intelectual que seja um hábito especulativo dos continentes,

mas só em relação às coisas necessárias. O verdadeiro do intelecto prático, porém, é apreendido pela conformidade com o apetite reto. Essa conformidade não se dá nas coisas necessárias, que não devêm por vontade humana, mas só se dá nas coisas contingentes que podem ser por nós feitas, sejam as coisas que dependem de nossa ação interior ou os factíveis exteriores. E assim a virtude do intelecto prático é tomada apenas das coisas contingentes, a arte a respeito das coisas factíveis, mas a prudência a respeito das coisas do agir.

ARTIGO 6 [SE CONVENIENTEMENTE ADJUNGEM-SE À PRUDÊNCIA A EUBULIA, A SÍNESE E A GNOME]

Quanto ao sexto procede-se assim: parece que se ajunta de modo inconveniente a eubulia, a sínese e a gnome à prudência. A eubulia é, pois, o *hábito pelo qual nos aconselhamos bem*, como se diz na *Ética VI*. Mas aconselhar-se bem é próprio da prudência, como consta mesmo livro. Logo, a eubulia não é uma virtude que se ajunta à prudência, mas é a própria prudência.

Ademais, pertence ao superior julgar dos inferiores. Logo, parece que a virtude suprema é aquela que tem o ato do julgamento. Mas o bem julgar é próprio da sínese. Logo, a sínese não é virtude ajuntada à prudência, mas, antes, ela mesma é a principal.

Ademais, como são diversas as coisas que devem ser julgadas, também são diversas das que devemos nos aconselhar. Ora, a eubulia é a única virtude suposta como a que deve aconselhar. Portanto, para bem julgar sobre aquilo que é objeto de nosso agir, não é necessário colocar, ao lado da sínese, outra virtude, a saber, a gnome.

Ademais, em sua *Retórica*, Cícero acrescenta três outras partes à prudência, a saber: *a memória das coisas passadas, a inteligência das presentes e a providência das futuras*. Também Macróbio, no *Super somnium Scipionis*, acrescenta algumas outras partes à prudência, a saber, a precaução, a docilidade e outras semelhantes. Logo, parece que não só as virtudes supranumeradas se adjungem à prudência.

Mas, ao contrário, tem-se a autoridade do Filósofo, que ajunta essas três virtudes à prudência.

Respondo dizendo que em todas as potências ordenadas a principal é a que se ordena ao ato principal. Mas a respeito das coisas do agir humano, descobrem-se três atos da razão, dos quais o primeiro é aconselhar, o segundo julgar, e o terceiro mandar. Os dois primeiros correspondem aos atos do intelecto especulativo, que são o inquirir e o julgar, pois o conselho é uma certa inquirição, mas o terceiro ato é próprio do intelecto prático, enquanto é operativo, visto que a razão não pode mandar o que não pode ser feito pelo homem. Fica claro, portanto, quanto ao que é feito pelo homem, o ato principal é mandar, ao qual tudo o mais está ordenado. E, assim, à virtude que bem comanda, isto é, a prudência, enquanto principal, acrescentam-se como secundárias a eubulia, que bem aconselha e a sínese e a gnome que são partes judicativas, sobre as quais já se irá distinguir.

Ao primeiro, deve-se dizer que a prudência aconselha bem, não como se por um ato imediato seu, mas por aperfeiçoar esse seu ato mediante a eubulia, virtude que lhe é sujeita.

Ao segundo ponto, deve-se dizer que o juízo, nas coisas que são de nosso agir, está ordenado a algo ulterior, pois às vezes acontece de bem julgar sobre como agir e mesmo assim não se agir retamente, mas complemento derradeiro se dá quando a razão comanda bem sobre o que se deve fazer.

Ao terceiro ponto, diga-se que o julgamento de qualquer coisa se faz através dos próprios princípios dele. No entanto, a inquirição ainda não se faz pelos próprios princípios, porque se já os tivesse não haveria necessidade de inquirir pois a coisa já estaria descoberta. E assim uma só virtude é ordenada para bem se aconselhar, mas duas virtudes para bem julgar, pois a distinção não está nos princípios comuns mas nos próprios. De onde, nas coisas especulativas, só há uma dialética inquisitiva sobre tudo, mas as ciências demonstrativas, que são judicativas, são diversas e versam sobre diversas coisas. Mas a sínese e a gnome se distinguem segundo regras diferentes, pelas

quais julgam, pois a síntese julga sobre as coisas do agir segundo uma lei comum, e a gnomo julga segundo a próprio razão natural, sobre as coisas em que não alcança a lei comum; como será explicitado a seguir.

Ao quarto ponto, diga-se que a memória, a inteligência, a providência e também a precaução e a docilidade, e outras semelhantes não são virtudes diversas da prudência, mas, de certo modo, comparam-se a essa como partes integrantes, na medida em que todas são necessárias para a perfeição da prudência, e há também certas partes subjetivas ou espécies da prudência, como a econômica, a arte de governo e outras semelhantes. Mas as três virtudes mencionadas são como que partes potenciais da prudência, pois estão ordenadas como o secundário ao principal.